Diário do Acionista

ANO V • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 2 de junho de 2021 • Nº 1081 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

VATICANO

Francisco endurece regras contra abuso sexual

O Vaticano divulgou ontem a revisão mais abrangente das leis da Igreja Católica nos últimos 40 anos, endurecendo as regras contra clérigos que abusam sexualmente de menores ou de adultos vulneráveis, que usem suas posições de autoridade para forçar atos sexuais e que ordenem mulheres a cargos eclesiásticos. A revisão, que estava em andamento desde 2009 a pedido do papa emérito Bento 16, envolve toda a Seção 6 do Código de Direito Canônico da Igreja, um conjunto de sete livros com cerca de 1.750 artigos que estabelece diretrizes e punições para os violadores das regras. As mudanças, assinadas pelo papa Francisco, configuram a maior revisão desde que o Código atual foi aprovado pelo papa João Paulo II (1920-2005), em 1983, e devem entrar em vigor em dezembro. Em um comunicado que acompanha a publicação, o pontífice disse que as normas precisam estar em correlação permanente com "as mudanças sociais e com as novas demandas que surgem do povo de Deus". Segundo o líder católico, a revisão teve como objetivo o favorecimento da unidade da Igreja na aplicação de penalidades, "especialmente no que diz respeito aos crimes que causam maiores danos e escândalos na comunidade". As mudanças, portanto, de acordo com o papa argentino, servirão para "reduzir os casos em que a aplicação de sanções fica a critério das autoridades". "Era preciso modificá-lo (o Código) de modo a permitir aos pastores seu uso como instrumento ágil, saudável e corretivo, e que pudesse ser utilizado no tempo e com o cuidado pastoral para prevenir males maiores e sarar as feridas causadas pela fraqueza humana", disse o pontífice. Para Francisco, a falta de compreensão da relação íntima entre o exercício da caridade e o cumprimento da disciplina punitiva pode produzir condescendência com a má conduta dos clérigos. PÁGINA 4

IBGE

PIB do 1º trimestre cresce 1,2% e retoma período pré-pandemia

A economia brasileira cresceu 1,2% no primeiro trimestre de 2021 em relação ao trimestre anterior, o que representa uma desaceleração no ritmo de recuperação verificado no final de 2020, segundo dados do PIB (Produto Interno Bruto) divulgados ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). "Com o resultado do primeiro trimestre, o PIB voltou ao patamar do quarto trimestre de 2019, período pré-pandemia, mas ainda está 3,1% abaixo do ponto mais alto da atividade econômica do país, alcançado no primeiro trimestre de 2014", diz o IBGE. Em relação ao mesmo período do ano passado, o PIB cresceu 1%, primeira taxa positiva nessa comparação desde o fim de 2019. Nos últimos 12 meses, ainda há retração de 3,8%. PÁGINA 2

CONIVÊNCIA

/ABRASIL

Arthur Lira sinaliza que nada o fará tirar impeachment da gaveta

Três dias após protestos contra o presidente Jair Bolsonaro terem reunidos milhares de manifestantes em várias cidades do país, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) (**foto**), afirmou que "não é uma caminhada de um grupo numa semana" que vai fazer com que um processo de impeachment ande na Casa. Em entrevista que não constava na agenda oficial, Lira falou à rádio 97 FM Natal. Ele foi questionado sobre os mais de 110 pedidos de impeachment em análise na Câmara dos Deputados. Lira defendeu que não é o presidente da Câmara isoladamente que faz o impeachment e destacou que o julgamento, apesar de ter embasamento jurídico, é sobretudo político. "O Brasil não tem essa instabilidade política. Há apoio para o presidente em todas as matérias, principalmente na Câmara e no Senado, sobre o tema das reformas estruturantes, as reformas que tramitam nesta Casa", afirmou. PÁGINA 3

CÚMPLICE

Bolsonaro arranja 'boquinha' para Pazuello

PÁGINA 3

COMÉRCIO EXTERIOR

Balança tem saldo de US$ 9,29 bi em maio

Beneficiada pelo início da safra e pela alta das commodities (bens primários com cotação internacional), a balança comercial registrou o melhor saldo da história para meses de maio, desde o início da série histórica, em 1989. No mês passado, o país exportou US$ 9,291 bilhões a mais do que importou. O saldo é 35,9% maior que em maio de 2020. No último mês, as exportações somaram US$ 26,948 bilhões, alta de 46,5% sobre maio de 2020 pelo critério da média diária. As exportações bateram recorde histórico para todos os meses desde o início da série histórica, em 1989. As importações totalizaram US$ 17,657 bilhões, alta de 57,4% na mesma comparação. Além da alta no preço das commodities, as exportações também subiram por causa da base de comparação. Em maio de 2020, no início da pandemia de covid-19, as exportações tinham caído por causa das medidas de restrição social. PÁGINA 2

INDICADORES

IBOVESPA: 1,63% / 128.267,05 / 2.051,32 / Volume: 43.279.565.869 / Quantidade: 5.480.799

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
BRF SA ON NM	28.22	+9.55	+2.46
LOJAS AMERICPN N1	21.40	+7.59	+1.51
ULTRAPAR ON NM	20.70	+7.25	+1.40
B2W DIGITAL ON NM	63.66	+6.54	+3.91
BRASKEM PNA N1	53.35	+6.55	+3.28

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
LOCAWEB ON NM	24.71	–5.54	–1.45
BANCO INTER UNT EB N2	65.87	–3.60	–2.46
SUZANO S.A. ON NM	59.32	–2.32	–1.41
KLABIN S/A UNT N2	25.71	–2.39	–0.63
BTGP BANCO UNT N2	122.00	–1.85	–2.30

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	113.20	–1.38	–1.58
PETROBRAS PN N2	27.29	+1.56	+0.42
BRF SA ON NM	28.22	+9.55	+2.46
BRADESCO PN N1	27.08	+2.27	+0.60
ITAUUNIBANCOPN EDJ N1	30.60	+3.64	+1.07

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	34.575,31	+0,13
NASDAQ Composite	13.736,477	-0,09
Euro STOXX 50	4.072,3	+0,87
CAC 40	6.489,4	+0,66
FTSE 100	7.080,46	+0,82
DAX	15.567,36	+0,95

Salário mínimo	R$ 1.100,00	IGP-M	4,10% (mai.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 3,7053	IPCA	0,31% (abr.)	Compra: 6,3882	Venda: 6,6682
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(05/05)	3,5%	0,27	até o dia 31/mai	Compra: 5,1630	5,2322
Poupança		OURO		DÓLAR comercial	
(2/6)	0,16%	BM&F/grama	R$ 312,10	Compra: 5,1459	Venda: 5,1465
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(29/8/2017)	0,0098	Compra: 6,2875	Venda: 6,2882	Compra: 5,1740	Venda: 5,3540

Economia

MERCADOS

Bolsa bate recorde e dólar cai para menor nível desde dezembro

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) bateu recorde, e o dólar caiu para o menor nível desde dezembro, após a divulgação do crescimento de 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país) no primeiro trimestre. O real teve o melhor desempenho entre as moedas globais, e a bolsa aproximou-se dos 130 mil pontos pela primeira vez na história.

O dólar comercial encerrou ontem vendido a R$ 5,146, com recuo de R$ 0,08 (-1,51%). A moeda norte-americana está no menor nível desde 21 de dezembro, quando tinha fechado a R$ 5,123. Com a queda de ontem, a divisa passou a acumular queda de 0,87% em 2021.

O dia foi marcado pela euforia no mercado de ações. O Índice Bovespa (Ibovespa), subiu 1,63% e fechou aos 128.267 pontos, no maior nível da história. Essa foi a segunda sessão seguida em que o indicador encerrou em níveis recordes.

Com crescimento pelo terceiro trimestre consecutivo, o PIB retornou aos níveis anteriores ao início da pandemia de covid-19. Com a expansão de 1,2% no primeiro trimestre deste ano, em relação ao último trimestre de 2020 e de 1% na comparação entre o primeiro trimestre de 2021 e o primeiro trimestre do ano passado, o PIB foi puxado pela agropecuária e pela indústria, mas o setor de serviços teve queda de 0,8%.

TRANSPORTES

Com prejuízo recorde, trens e metrôs lançam campanha contra covid

MARCELO TOLEDO/FOLHAPRESS

Concessionárias que operam sistemas de trens urbanos e metrôs no país já lançaram campanhas individuais desde o ano passado para evitar a disseminação da Covid-19, mas agora uma nova campanha nacional está sendo lançada ontem para reforçar os protocolos sanitários.

Com a mensagem "Estamos fazendo a nossa parte, faça a sua também", a campanha da ANPTrilhos (Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos) tem como objetivo conscientizar os usuários da importância de contribuir com as ações de combate à pandemia.

Ela é lançada num momento financeiro extremamente crítico para o setor. Os trens e metrôs bateram recorde negativo de passageiros transportados em 2020, o primeiro ano no qual o país teve de conviver com a pandemia da Covid-19.

De cerca de 11 milhões de passageiros por dia útil em 2019, o total caiu para 5,8 milhões no ano passado, segundo relatório da própria associação.

Só a SuperVia, concessionária que administra 270 quilômetros do sistema ferroviário no Rio e em outras 11 cidades da região metropolitana, deixou de transportar 100 milhões de passageiros entre 14 de março do ano passado, quando começaram as restrições na capital, e o último dia 25, o que gerou perda de receita de R$ 545 milhões.

Em 2020, a queda em São Paulo foi de 55,4%, com 1,3 bilhão de passageiros transportados, enquanto no Nordeste o resultado foi 52% inferior ao de 2019, com 146,3 milhões de passageiros.

"Os operadores brasileiros reforçaram as medidas de limpeza e buscam constantemente as mais modernas tecnologias de desinfecção para manter os sistemas higienizados para o atendimento aos passageiros. É necessário que a população também nos ajude no combate ao vírus e essa campanha visa orientar e conscientizar o passageiro de que eles precisam adotar novos hábitos, para que juntos consigamos controlar a disseminação da doença dentro do transporte público sobre trilhos", disse Roberta Marchesi, diretora-executiva da ANPTrilhos.

Além dos metrôs e trens, a campanha está sendo lançada nos sistemas de VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) do país.

Os monitores dos sistemas metroferroviários e as redes sociais das empresas terão, durante o mês todo, mensagens da campanha nacional sobre o uso de máscaras e higiene pessoal.

As empresas alegam que, desde o início da pandemia, já têm adotado medidas para conter a propagação da Covid-19 nos sistemas, que incluem limpeza e higienização dos equipamentos de contato com os passageiros, como catracas, corrimãos e interior dos trens, uso de tecnologias e equipamentos de sanitização, instalação de comunicação visual específica para indicar distanciamento e disponibilidade de álcool em gel e equipamentos de proteção individual para as equipes.

Resultado do desempenho ruim do transporte de passageiros devido ao novo coronavírus, 2020 terminou também com recuo na produção de locomotivas e carros de passageiros no país, segundo a Abifer (Associação Brasileira da Indústria Ferroviária).

O total de carros de passageiros produzidos foi de 72, ante os 99 do ano anterior e 312, em 2018. Para 2021, a previsão é ainda pior, com apenas 43.

Diário do Acionista Tels.: (21) 3556-3030 96865-1628

IBGE

PIB sobe 1,2% no 1º trimestre e zera perdas da pandemia

A economia brasileira cresceu 1,2% no primeiro trimestre de 2021 em relação ao trimestre anterior, o que representa uma desaceleração no ritmo de recuperação verificado no final de 2020, segundo dados do PIB (Produto Interno Bruto) divulgados ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

"Com o resultado do primeiro trimestre, o PIB voltou ao patamar do quarto trimestre de 2019, período pré-pandemia, mas ainda está 3,1% abaixo do ponto mais alto da atividade econômica do país, alcançado no primeiro trimestre de 2014", diz o IBGE.

Em relação ao mesmo período do ano passado, o PIB cresceu 1%, primeira taxa positiva nessa comparação desde o fim de 2019. Nos últimos 12 meses, ainda há retração de 3,8%.

Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam crescimento de 0,8% na comparação com o trimestre anterior e de 0,5% em relação ao mesmo período de 2020.

O PIB havia crescido 7,8% no terceiro trimestre e 3,2% no quarto, após a queda recorde de 9,2% no segundo trimestre do ano passado.

"Mesmo com a segunda onda da pandemia de Covid-19, o PIB cresceu no primeiro trimestre, já que, diferente do ano passado, não houve tantas restrições que impediram o funcionamento das atividades econômicas no país", disse a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis.

Entre os setores, indústria e agropecuária já recuperaram suas perdas desde o ano passado. Os serviços ainda não. Na ótica da demanda, o consumo das famílias e do governo não voltaram ao patamar pré-crise. Investimentos, exportações e importações já se recuperaram.

O trimestre foi marcado pelo fim dos programas de auxílio do governo, pelo agravamento da pandemia e pela volta de algumas medidas de restrição, mas com taxas de isolamento bem menores que as verificadas no início da crise sanitária.

O Brasil também foi beneficiado pelo ritmo de crescimento das duas maiores economias mundiais -Estados Unidos e China- e de um cenário externo que conta ainda com valorização de moedas emergentes e alta no preço de commodities agrícolas e minerais, o que também se refletiu no desempenho de outras economias emergentes.

Segundo o IBGE, houve taxas positivas na agropecuária (5,7%), indústria (0,7%) e serviços (0,4%). O investimento cresceu 4,6%, enquanto o consumo das famílias caiu 0,1% e o consumo do governo recuou 0,8% em relação ao trimestre imediatamente anterior.

O governo não divulga projeções trimestrais. A previsão para o ano do Ministério da Economia é de +3,5%, abaixo da projeção de mercado da pesquisa Focus (+3,96%), que vem sendo revista para cima há seis semanas.

A mesma pesquisa mostra que os economistas consultados esperavam queda do PIB no primeiro trimestre em relação ao mesmo período de 2020 até meados de maio. A previsão de retração chegou a 1% no início de março, quando foram adotadas novas medidas de restrição a atividades em vários estados.

Somente na segunda quinzena de maio as estimativas saíram do vermelho, até alcançar alta de 0,4%, acompanhando dados que mostraram queda menor que a esperada em índices de mobilidades e na atividade econômica e a reabertura de alguns setores.

RECESSÃO

Em junho do ano passado, o Codace (Comitê de Datação de Ciclos Econômicos), órgão ligado ao Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas) e formado por oito economistas de diversas instituições, definiu que o Brasil entrou em recessão no primeiro trimestre de 2020, encerrando um ciclo de fraco crescimento de três anos (2017-2019).

Não há uma definição oficial sobre o que caracteriza uma recessão. Embora alguns economistas utilizem a métrica de que esse é o período marcado por dois trimestres seguidos de queda na atividade, o Codace considera uma análise mais ampla de dados. Para o comitê, o declínio na atividade econômica de forma disseminada entre diferentes setores econômicos é denominado recessão.

CÁLCULO DO PIB

Produtos, serviços, aluguéis, serviços públicos, impostos e até contrabando. Esses são alguns dos componentes do PIB (Produto Interno Bruto), calculado pelo IBGE, de acordo com padrões internacionais, com objetivo de medir a produção de bens e serviços no país em determinado período.

Ele mostra quem produz, quem consome e a renda gerada a partir dessa produção. O crescimento do PIB (descontada a inflação) é usualmente chamado de crescimento econômico. O PIB trimestral é apresentado pela ótica da oferta (o que é produzido) e da demanda (como esses produtos são consumidos).

O PIB trimestral é divulgado cerca de 60 dias após o fim do período e apresenta as óticas da oferta e demanda. O resultado do 4º trimestre traz um dado preliminar do ano fechado. O PIB anual definitivo é apresentado quase 24 meses após o fim do ano (o dado definitivo de 2020 será conhecido em novembro de 2022) e traz também a ótica da renda (soma das remunerações do trabalho e capital, que mostram como cada parte se apropriou da riqueza gerada).

O crescimento de 1,2% da economia brasileira no primeiro trimestre de 2021 zerou as perdas registradas desde o início da pandemia do coronavírus, mas deixou para trás o segmento que mais emprega no país, aquele que inclui os serviços que dependem de aglomerações e contato social.

Classificado nas estatísticas oficiais como "outros serviços", atividades como alojamento, alimentação, lazer e turismo respondem por 20% do PIB (Produto Interno Bruto) e 32% do emprego no país.

Essas empresas ainda estão com um nível de atividade 9,5% abaixo do patamar pré-crise, do último trimestre de 2019, enquanto o PIB como um todo já voltou àquele nível, segundo dados divulgados ontem pelo IBGE.

"O lado B do nosso PIB positivo é que você vê ainda segmentos que são intensivos em mão de obra, como outros serviços, contraindo bastante", afirma Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da FGV).

Serviços que empregam menos, como informação e financeiro, por outro lado, já se recuperaram da crise e estão em pleno crescimento.

COMÉRCIO EXTERIOR

Balança tem melhor saldo da história para meses de maio

Beneficiada pelo início da safra e pela alta das commodities (bens primários com cotação internacional), a balança comercial registrou o melhor saldo da história para meses de maio, desde o início da série histórica, em 1989.

No mês passado, o país exportou US$ 9,291 bilhões a mais do que importou.

O saldo é 35,9% maior que em maio de 2020. No último mês, as exportações somaram US$ 26,948 bilhões, alta de 46,5% sobre maio de 2020 pelo critério da média diária.

As exportações bateram recorde histórico para todos os meses desde o início da série histórica, em 1989. As importações totalizaram US$ 17,657 bilhões, alta de 57,4% na mesma comparação.

Além da alta no preço das commodities, as exportações também subiram por causa da base de comparação. Em maio de 2020, no início da pandemia de covid-19, as exportações tinham caído por causa das medidas de restrição social. O volume de mercadorias embarcadas, segundo o Ministério da Economia, aumentou 9%, enquanto os preços subiram, em média, 38,5% em relação ao mesmo mês de 2020.

Com o resultado de maio, a balança comercial acumula superávit de US$ 27,529 bilhões nos cinco primeiros meses do ano. O resultado é 74,3% maior que o dos mesmos meses de 2020, também pelo critério da média diária, e também é o maior da série histórica para o período.

SETORES

Em maio, todos os setores registraram crescimento nas vendas para o exterior. Com o início da safra de grãos, as exportações agropecuárias subiram 43,4% em relação a maio do ano passado. Os principais destaques foram frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (+41,2%), soja (+48,8%) e algodão bruto (+82,5%).

Beneficiada pela valorização de minérios, as exportações da indústria extrativa aumentaram 85,8%, com destaque para minério de ferro e seus concentrados (+143,8%), minérios de alumínio e seus concentrados (+40,4%) e óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (+46,4%). As vendas da indústria de transformação subiram 34,6%, impulsionada por combustíveis (+142,9%), produtos semiacabados de ferro ou aço (+91,4%) e veículos automóveis de passageiros (+1.084,8%).

Do lado das importações, as compras do exterior da agropecuária subiram 36,8% em maio na comparação com maio de 2020. A indústria extrativa registrou alta de 107,5% e a indústria de transformação teve crescimento de 56,5%. Os principais destaque foram soja (+325,4%), óleos brutos de petróleo (+504,3%); combustíveis (+213%) e partes e acessórios de veículos automotivos (+118,8%).

Em abril, o governo elevou para US$ 89,4 bilhões a previsão de superávit da balança comercial neste ano, o que garantiria resultado recorde. A estimativa já considera a nova metodologia de cálculo da balança comercial. As projeções estão mais otimistas que as do mercado financeiro. O boletim Focus, pesquisa com analistas de mercado divulgada toda semana pelo Banco Central, projeta superávit de US$ 68 bilhões neste ano.

METODOLOGIA

Em abril, o Ministério da Economia mudou o cálculo da balança comercial. Entre as principais alterações, estão a exclusão de exportações e importações fictas de plataformas de petróleo. Nessas operações, plataformas de petróleo que jamais saíram do país eram contabilizadas como exportação, ao serem registradas em subsidiárias da Petrobras no exterior, e como importação, ao serem registradas no Brasil.

Outras mudanças foram a inclusão, nas importações, da energia elétrica produzida pela usina de Itaipu e comprada do Paraguai, num total de US$ 1,5 bilhão por ano, e das compras feitas pelo programa Recof, que concede isenção tributária a importações usadas para produção de bens que serão exportados. Toda a série histórica a partir de 1989 foi revisada com a nova metodologia.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 27º 13º 5% 06:42 17:27 **OUTONO:** Dia de sol com névoa fraca ao amanhecer.

CONIVÊNCIA

Lira sinaliza que nada o fará tirar impeachment da gaveta

DANIELLE BRANT/FOLHAPRESS

Três dias após protestos contra o presidente Jair Bolsonaro terem reunidos milhares de manifestantes em várias cidades do país, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que "não é uma caminhada de um grupo numa semana" que vai fazer com que um processo de impeachment ande na Casa.

Em entrevista que não constava na agenda oficial, Lira falou à rádio 97 FM Natal. Ele foi questionado sobre os mais de 110 pedidos de impeachment em análise na Câmara dos Deputados.

Lira defendeu que não é o presidente da Câmara isoladamente que faz o impeachment e destacou que o julgamento, apesar de ter embasamento jurídico, é sobretudo político.

"O Brasil não tem essa instabilidade política. Há apoio para o presidente em todas as matérias, principalmente na Câmara e no Senado, sobre o tema das reformas estruturantes, as reformas que tramitam nesta Casa", afirmou.

"Não vejo condições atualmente, e falo isso com muita transparência, de que existam essas condições hoje no Brasil que deem margem a um pedido de impeachment", continuou. "Não é uma caminhada de um grupo numa semana ou a caminhada de outra parcela na outra que vai fazer com que isso ande nesta Casa."

Na avaliação dele, o quadro tem que ser "muito mais amplo" e não há, neste momento, "a necessidade, nem oportunidade nem a conveniência" de se realizar o que ele chama de "ruptura democrática" (o impeachment, porém, está previsto na Constituição).

No sábado, organizadores estimaram que os protestos foram registrados em ao menos 213 cidades do Brasil e 14 do exterior, com cerca de 420 mil pessoas. Na segunda, o presidente Jair Bolsonaro minimizou o tamanho dos atos e disse que faltou maconha e dinheiro para os manifestantes.

Crítico à CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Covid no Senado, Lira defendeu uma apuração futura que incluísse prefeitos e governadores, além do presidente Jair Bolsonaro.

O ESTRATEGISTA

Bolsonaro arranja boquinha para Pazuello no governo

RICARDO DELLA COLETTA/FOLHAPRESS

O ex-ministro Eduardo Pazuello (Saúde) foi nomeado ontem para um cargo na Secretaria de Assuntos Estratégicos, vinculada à Presidência da República.

Pazuello será secretário de Estudos Estratégicos no órgão, segundo edição extra do Diário Oficial da União.

O ato de designação de Pazuello é assinado pelo ministro Luiz Eduardo Ramos (Casa Civil).

O ex-ministro da Saúde é um dos principais alvos da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Covid, por ter comandado a pasta durante o agravamento da pandemia no país. Ele prestou depoimento ao colegiado, quando blindou o presidente Jair Bolsonaro, e foi reconvocado.

Em sua oitiva, em 19 de maio, Pazuello evitou atribuir a Bolsonaro a responsabilidade pelas decisões no enfrentamento da pandemia do coronavírus, inclusive negando tentativa de interferência do chefe do Executivo para ampliar o uso da hidroxicloroquina -questão apontada à CPI pelos seus dois antecessores no cargo.

Recentemente, ele participou de um ato político no Rio de Janeiro ao lado de Bolsonaro. Como militar da ativa, a presença do general na manifestação causou constrangimento no comando da Força, e Pazuello teve que apresentar explicações em um processo disciplinar.

Pazuello assumiu o Ministério da Saúde interinamente em maio de 2020, com a saída do ex-ministro Nelson Teich. Efetivado em setembro do ano passado, ele permaneceu à frente da pasta até março de 2021. Desde então, passou a ocupar um cargo no próprio Exército.

Ele esteve no comando do ministério durante as negociações para a obtenção de vacinas, inclusive quando o presidente Jair Bolsonaro ordenou que o ministério não comprasse a Coronavac -desenvolvida por uma farmacêutica chinesa e trunfo político do governador João Doria (PSDB)- e quando o governo federal ignorou ofertas feitas pela Pfizer.

Bolsonaro chegou a desautorizar Pazuello e dizer que não adquiriria "a vacina chinesa de João Doria", mas em janeiro teve que voltar atrás e o governo comprou o imunizante.

DEPOIMENTO

Renan aponta 13 contradições de Nise Yamaguchi à CPI da Covid

MÔNICA BERGAMO/FOLHAPRESS

O senador Renan Calheiros, relator da CPI da Covid-19, e a equipe técnica que o acompanha na comissão compilaram uma tabela na qual apresentam contradições da médica Nise Yamaguchi em seu depoimento à comissão ontem.

Entre elas constam falas na qual, de acordo com o relatório produzido por Calheiros, ela confirmaria a existência de um gabinete paralelo -que aconselharia o presidente Jair Bolsonaro em questões ligadas à epidemia de Covid-19.

"(Yamaguchi) esteve com Arthur Weintraub (ex-assessor da presidência) em reuniões na Presidência, em cerimônias e, inclusive, em evento denominado 'médicos para a vida', aquele discutiu possibilidades e estratégias para se viabilizar e distribuir medicamentos para tratamento precoce. Também participou de diversas reuniões no Ministério da Saúde", aponta o documento da equipe do relator da CPI.

Ainda segundo o documento, há contradições quando a médica afirmou que não participa de discussões sobre vacinas e que o presidente Jair Bolsonaro não tratou com ela a respeito de cargos de ministro ou qualquer outro.

O relatório de Renan rebate essas falas alegando, respectivamente, que Yamaguchi conversou com Bolsonaro, em um almoço no qual o ex-ministro Osmar Terra esteve presente, sobre a importância do tratamento precoce com cloroquina e a hidroxicloroquina, inclusive em favor da imunidade de rebanho; e que ela foi convidada pelo presidente para integrar reuniões o gabinete de crise do Planalto.

Ela também afirmou que nunca teria se encontrado sozinha com Bolsonaro. "Falsa declaração: documentos obtidos pela CPI comprovam que no dia 15/5/20, às 10h45, a declarante esteve no Palácio do Planalto, em reunião com o presidente da República", rebate Renan.

Sobre a fala da médica dizendo que tratamento precoce no Amapá teria resultado no menor índice de mortes, em todo o mundo, a tabela argumenta que "checagem mostra que, na verdade, o Amapá é o 6º Estado do Brasil em mortes por COVID-19, por 100 mil habitantes".

"Importante: foi declarado pela médica que o presidente da República afirmou que haveria algum tratamento precoce para Covid-19 em outros país e a questionou sobre o fato. Isso teria impulsionado a declarante, segundo suas próprias afirmações, a procurar o Conselho Federal de Medicina para ratificar o tratamento com cloroquina e hidroxicloroquina", afirma o relatório.

Yamaguchi negou à CPI que teria sugerido mudança na bula da cloroquina para recomendá-la para o tratamento da Covid. Segundo o ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta e o presidente da Anvisa, Antonio Barra Torres, o documento foi apresentado em reunião no Planalto em 2020. "Ambos afirmaram que a depoente foi quem avançou e insistiu em mudar a bula da cloroquina para constar nela indicação para Covid-19", aponta Renan.

ESTUDOS ARQUIVADOS

Durante sessão da CPI da Covid, ontem, o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) questionou a base científica dos estudos apresentados pela médica Nise Yamaguchi em defesa da hidroxicloroquina para o tratamento da Covid-19.

Vieira questionou em quais revistas científicas conceituadas os estudos em defesa da cloroquina foram publicados. A médica não soube responder, mas então citou um estudo realizado pela Fundação Henry Ford.

"A informação que eu tive é que foi publicado, tem um lastro científico e que tem ajudado os pacientes", disse a médica.

Em seguida, no entanto, o senador afirmou que esse estudo havia sido "descontinuado" por falta de evidências científicas, em dezembro do ano passado.

"É inaceitável um profissional de alta qualidade rejeitar estudos qualificados e tentar valorizar estudos que foram encerrados", afirmou o parlamentar.

ASTRAZENECA

Fiocruz assina contrato para produzir insumo de vacina no Brasil

NATÁLIA CANCIAN E DANIEL CARVALHO/FOLHAPRESS

Após atrasos, a Fiocruz assinou ontem um contrato de transferência de tecnologia que permite a produção, no Brasil, do insumo farmacêutico ativo (IFA) usado na fabricação da vacina AstraZeneca/Oxford contra a Covid.

A assinatura do contrato com a farmacêutica já era esperada desde o ano passado, mas passou por atrasos nos últimos meses, chegando a ficar sem previsão de data.

O passo era necessário para que a instituição pudesse iniciar a fabricação do IFA nacional no Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (BioManguinhos).

A medida deve facilitar a produção da vacina no país. Nos últimos meses, atrasos no envio de insumos da China levaram a constantes revisões no cronograma de entrega de doses do imunizante.

O contrato foi assinado em cerimônia no Ministério da Saúde com a presença do presidente da República, Jair Bolsonaro.

Apesar de presente na mesa, a presidente da Fiocruz não foi chamada a falar no evento. O mesmo ocorreu com o presidente da AstraZeneca, Carlos Sanchez.

SANTO ANDRÉ

Falta de oxigênio causa a morte de três pacientes de Covid-19

PATRÍCIA PASQUINI/FOLHAPRESS

Três pessoas morreram por falta de oxigênio na manhã de ontem no hospital de campanha para atendimento a casos de Covid-19 no AME (Ambulatório Médico de Especialidades) de Santo André (ABC). Todos estavam internados em estado grave.

O Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) foi acionado, mas não houve tempo hábil para o atendimento.

A SES (Secretaria Estadual da Saúde) de São Paulo e a Fundação do ABC, entidade gestora da unidade, confirmaram os óbitos, mas não deram o perfil dos pacientes.

De acordo com as informações da Fundação do ABC, a usina de oxigênio da unidade estava inoperante em razão de possível pane elétrica. Assim que o problema foi detectado, o responsável pela manutenção da usina foi acionado e conseguiu reestabelecer o serviço.

As apurações iniciais indicam a suspeita de que o segundo backup, ou seja, o tanque de oxigênio da unidade, não tenha funcionado corretamente.

Em funcionamento há cerca de dez dias, a usina conta com dois sistemas de backup em caso de eventual pane. O primeiro é uma bateria de cilindros de oxigênio, que é acionada para suprir imediatamente a rede de oxigênio da unidade. Caso o problema da usina não seja resolvido, o segundo backup é o próprio tanque de oxigênio.

O tanque do AME Santo André tem capacidade para manter cerca de 20 pacientes por até 24 horas.

Em nota, a SES afirmou que determinou à entidade que abra uma sindicância para apurar os fatos e afaste temporariamente os responsáveis até a conclusão da apuração.

A Fundação do ABC disse à reportagem que instaurou sindicância para apurar responsabilidades, verificar o que de fato ocasionou a pane na usina e, principalmente, as razões pelas quais o sistema de backup, que deveria suportar a rede de oxigênio por cerca de 24 horas, não funcionou corretamente.

No dia 22 de março deste ano, três pacientes de Covid-19 morreram dentro da UPA (Unidade de Pronto Atendimento) Ermelino Matarazzo, na zona leste, por falta de oxigênio. Outras dez pessoas foram transferidas a outros hospitais.

Segundo funcionários da unidade, o produto faltou por 30 minutos. Na época, a Secretaria Municipal da Saúde negou que as mortes tenham ocorrido pela falta do oxigênio.

EDUCAÇÃO

SP quer prorrogar 20 mil contratos temporários

FÁBIO MUNHOZ/FOLHAPRESS

A Secretaria de Estado da Educação, gestão João Doria (PSDB), solicitou à PGE (Procuradoria-Geral do Estado) a prorrogação dos contratos de pouco mais de 20 mil trabalhadores temporários, sendo 18.662 professores da categoria O e 1.352 agentes de organização escolar.

A proposta do governo é para que esses contratos, que acabariam neste ano, sejam estendidos até o final de 2022.

Para que a prorrogação seja confirmada, o governo terá de enviar um projeto de lei para ser votado na Assembleia Legislativa, o que ainda não tem data para ocorrer.

Por meio de nota, o secretário estadual da Educação, Rossieli Soares, afirmou que os contratos tiveram início em 2018.

A pasta disse ainda que, no ano que vem, devem ser contratados entre 20 mil e 30 mil professores. A secretaria afirma também que fez pedido para a contratação de aproximadamente 8.000 agentes de organização escolar.

O vice-presidente do CPP (Centro do Professorado Paulista), Silvio dos Santos Martins, considera que o ideal seria se o governo fizesse concurso público para a admissão de novos profissionais para integrar a rede estadual de ensino.

"Mas, hoje, com a pandemia, isso praticamente se torna impossível. Com os contratos cessando, a prorrogação é uma medida necessária e que tem que ser tomada", pondera. "Mesmo durante o período em que não houve aulas presenciais, as aulas remotas continuaram. Os alunos continuam sendo atendidos", acrescenta.

MISTÉRIO

Polícia investiga sumiço de PM na zona sul

ALFREDO HENRIQUE/FOLHAPRESS

A polícia investiga o desaparecimento do policial militar Leandro Martins Patrocínio, 30 anos. Ele foi visto pela última vez às 22h30 de sábado passado em frente à estação Sacomã, da linha 2-verde do metrô, na zona sul da cidade de São Paulo. O soldado, natural do Rio de Janeiro, está na corporação paulista há cerca de cinco anos.

Segundo a PM, o soldado Martins, que estava de folga quando foi visto na saída do metrô, deveria ter se apresentado ao trabalho, no 1º Batalhão de Polícia Rodoviária, na região de São Bernardo do Campo (ABC), por volta das 4h45 do domingo, o que não ocorreu, segundo disse a Polícia Militar, em nota. Câmeras de monitoramento registraram o momento em que o soldado sai da estação.

A polícia analisa os registros feitos pela câmera para verificar se imagens podem auxiliar na compreensão da dinâmica do desaparecimento do policial, Na gravação ele usava calça branca e uma camisa vinho, coberta por um blusão preto.

"Não houve qualquer contato do policial com a família ou integrantes da unidade em que trabalha", diz trecho da nota da PM sobre o desaparecimento do soltado.

A corporação acrescentou ainda que, na noite da última segunda-feira um relógio e peças de roupa, supostamente do policial desaparecido, foram encontradas em um imóvel inacabado, durante operação policial na região de Heliópolis (zona sul). Os objetos foram apreendidos e serão periciados.

OUTONO: Pancadas de chuva de manhã e muitas nuvens à tarde. À noite, tempo firme.. Manhã Tarde Noite 26º 19º 5% 06:26 17:15

Nota

JUSTIÇA DA ITÁLIA LIBERTA CHEFE DA MÁFIA ACUSADO DE MAIS DE 100 ASSASSINATOS

Giovanni Brusca, 64, antigo chefe da máfia italiana, deixou a prisão na segunda-feira passada, após cumprir pena de 25 anos por seu papel confesso em mais de 100 assassinatos, incluindo o do juiz Giovanni Falcone, morto em 1992, e de Giuseppe Di Matteo, adolescente de 14 anos que foi estrangulado e dissolvido em ácido por ser filho de um informante da polícia. Brusca foi preso em 1996, quatro anos depois de acionar o explosivo que matou Falcone, a mulher dele e três guarda-costas. Mais tarde, tornou-se um delator, dando às autoridades informações para esclarecimento de centenas de outros crimes em troca de benefícios e redução de pena. O assassinato do juiz, seguido dois meses depois pelo de Paolo Borsellino, outro magistrado empenhado no combate à máfia, foi um dos episódios mais notórios da longa e violenta luta da Itália contra o crime organizado. Maria Falcone, irmã do juiz assassinado, lamentou a soltura de Brusca em entrevista ao jornal Corriere della Serra. "É uma notícia que me dói como pessoa, mas é a lei, uma lei que meu irmão quis e que é preciso respeitar", disse.

CERTIDÃO DA 11ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
M&S BRAZIL PARTICIPAÇÕES LTDA
CNPJ: 13.270.050/0001-30 - NIRE: 33.2.0889445-1

CERTIDÃO DA 11ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL. Data: 30/11/2020. Local: Rua Visconde de Inhaúma, nº 83/18º andar e Mezanino, Sala 1801 – parte, Centro, CEP: 20091-007. Presença: da Sócia única, **SCOR BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.** Ordem do dia da Assembléia Geral Ordinária: a) Aumento de capital social. Deliberação: a) aumentar, a partir de trinta de novembro de dois mil e vinte, o Capital social da Sociedade de R$ 41.801.000,00 (quarenta e um milhões e oitocentos e um mil reais), divididos em 41.801.000 (quarenta e um milhões e oitocentas e uma mil) quotas, para R$ 172.921.170,82 (cento e setenta e dois milhões, novecentos e vinte e um mil, cento e setenta reais e oitenta e dois centavos), mediante a emissão de 172.921.170 novas quotas com valor nominal de R$ 1,00 (um) real cada, que, nesta data, foram devidamente subscritas e integralizadas pela **SCOR BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.**, com o crédito que possuía junto à **M&S BRAZIL PARTICIPAÇÕES LTDA.**, representado e garantido pela Nota Promissória nº 01/01 no valor de R$ 131.120.170,82 (cento e trinta e um milhões, cento e vinte mil, cento e setenta reais e oitenta e dois centavos), emitida pela **M&S BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.**, em 08/10/2020, e com vencimento em trinta de novembro de dois mil e vinte, referente ao pagamento da aquisição, pela M&S BRAZIL **PARTICIPAÇÕES LTDA.**, das 99.999 (noventa e nove mil, novecentas e noventa e nove) ações que a **SCOR BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.** detinha na **SCOR BRASIL RESSEGUROS S.A**. e que, em dezessete de janeiro de 2020, foram vendidas à M&S **BRAZIL PARTICIPAÇÕES LTDA**; b) Deliberou ainda consolidar o Contrato Social para constar o novo capital social. Rio de Janeiro, 30/11/2020. Ass.: **SCOR BRASIL PARTICIPAÇÕES** LTDA (representado por Sergio Luis Maluf Horta). Jucerja nº 00004066582 em CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/05/2021 - Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

CERTIDÃO DA ATA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
M&S BRAZIL PARTICIPAÇÕES LTDA
CNPJ: 13.270.050/0001-30 - NIRE: 33.2.0889445-1

CERTIDÃO DA ATA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. Data: 17/01/2020.Local: Rua Visconde de Inhaúma, nº 83/18º andar e Mezanino, Sala 1801 – parte, Centro, CEP: 20091-007. Presença: Totalidade dos Conselheiros. Ordem do dia e deliberações do Conselho: os Conselheiros decidiram, por unanimidade, aprovar a reestruturação por meio da qual a totalidade das quotas da Sociedade detidas pela **SCOR SE** serão cedidas à **SCOR BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.**, como pagamento do aumento de capital aprovado e subscrito pela **SCOR SE na SCOR BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.**, para tanto, incluindo, mas não se limitando às seguintes etapas complementares: (i) cessão, a título oneroso, de todas 2.030 (duas mil e trinta) quotas detidas pela Sociedade no capital social de **SCOR BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.**, com valor nominal total de R$ 2.030,00 (dois mil e trinta reais), à sociedade SCOR SE; (ii) a aquisição da totalidade das 99.999 (noventa e nove mil, novecentas e noventa e nove) ações detidas pela SCOR **BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA. na SCOR BRASIL RESSEGUROS S.A.**, e o pagamento do preço de compra de R$ 139.875.800,46 (cento e trinta e nove milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, oitocentos reais e quarenta e seis centavos). Rio de Janeiro, 30/11/2020. Fica(m) o(s) Diretor(es) da Sociedade autorizado(s) a tomar quaisquer medidas bem como assinar quaisquer documentos que se façam necessários e/ou convenientes à implementação das deliberações acima, incluindo mas não se limitando: (a) a assinatura da 5ª alteração ao contrato social de **SCOR BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.**; (b) a assinatura do Termo de Transferência de Ações Nominativas no Livro de Registro de Transferência de Ações Nominativas de **SCOR BRASIL RESSEGUROS S.A.**; (c) a outorga de todas as procurações necessárias para levar a efeito as deliberações acima, incluindo a procuração a ser outorgada para fins de atualização do registro da Sociedade perante o Banco Central do Brasil; e (d) a assinatura, em nome da Sociedade, de quaisquer requerimentos junto a órgãos públicos necessários à atualização dos demais registros da Sociedade. O Presidente informou que, nada mais havendo a ser tratado deu por encerrada a reunião, cuja ata, após lida e achada conforme, será lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 17/01/2020. Ass.: Presidente: Laurent Rousseau (p.p. Sergio Luis Maluf Horta); Secretária: Vanessa Stephanie Medina Arteaga; Conselheiros: Jean-Paul Conoscente, Christian Andre Thierry Delannes, Laurent Rousseau, Denis Jean-Marie Kessler, Paul Matthew Christoff, Catherine Fassi todos representados p.p. Sergio Luis Maluf Horta. Jucerja nº 00004023938 em **CERTIFICO O ARQUIVAMENTO** em 02/03/2021 - Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

CERTIDÃO DA ATA DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO ESSOR SEGUROS S/A.
CNPJ: 14.525.684/0001-50 - NIRE: 33.3.0030308-1

CERTIDÃO DA ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. Data: 08/02/2021 – 15:00h. Local: Rua Visconde de Inhaúma, nº 83, Sala 1801, Centro, CEP: 20091-007. Presenças: totalidade dos Conselheiros. Ordem do dia: (a) reeleição dos membros da Diretoria da Companhia, Srs. Fabio Henrique Ferreira de Pinho, Leandro Evangelista Poli e Sra. Vanessa Stephanie Medina Arteaga (b) ratificar a designação de Diretores e respectivas funções em atendimento ao disposto na regulamentação aplicável. Deliberações da Assembléia Geral Ordinária: Após a leitura, análise e discussão, os Conselheiros de Administração presentes, por unanimidade de votos e sem ressalvas aprovaram a (a) reeleição da membros da Diretoria da Companhia, devidamente qualificados nas alíneas "a" a "c" abaixo, com mandato de 3 (anos), com início em 26/02/2021 e término até a AGO de 2024, permanecendo tais Diretores no respectivos cargos até a primeira Assembleia Geral que for realizada e respectiva homologação pela SUSEP; a) Sr. Fabio Henrique Ferreira de Pinho, brasileiro, casado, administrador e contador, identidade RG nº. 07.814.605-7 IFP/RJ e CPF nº. 037.231.037-07, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro – RJ, com escritório na Rua Visconde de Inhaúma nº. 83, sala 1801, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro - RJ; b) Sra. Vanessa Stephanie Medina Arteaga, peruana, solteira, contadora, administradora e securitária, identidade RNE nº. W336579-N e CPF nº. 054.205.097-84, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro – RJ, com escritório na Rua Visconde de Inhaúma nº. 83, sala 1801, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro - RJ; c) Sr. Leandro Evangelista Poli, brasileiro, casado, securitário, com documento de identidade RG nº 20.729.963-8, inscrito no CPF/MF sob nº 166.314.758-21, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo – SP, com escritório na Rua Gomes de Carvalho, nº 1069 – Sala 172, Cidade de São Paulo - SP.Os Diretores reeleitos declaram para os fins do § 1º do art. 147, Lei nº. 6.404/76, que não estão incursos em quaisquer dos crimes previstos em lei ou sujeitos a quaisquer outros impedimentos previstos em lei e/ou na regulamentação aplicável que os impeçam de exercer a atividade mercantil, bem como reconhecem que a reeleição em tela está sujeita à análise e homologação pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP");(b) ratificaram a designação dos diretores e respectivos cargos conforme exigido pela regulamentação securitária aplicável, bem como todos os atos e ações praticados por tais diretores até a presente data, conforme segue: (b.i) Sr. Fabio Henrique Ferreira de Pinho: (b.i.1) diretor responsável pelos controles internos, nos termos da Circular SUSEP nº. 249/04; (b.i.2) diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes, nos termos da SUSEP nº. 344/07;e (b.i.3) diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção e combate dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a prevenção e coação do financiamento ao terrorismo a prevenção à lavagem de dinheiro, nos ermos e conforme disposto na Lei nº. 9.613/98 e nas Circulares SUSEP nº. 234/03 e nº. 612/2020, bem como nas demais regulamentações complementares; (b.i.4) diretor responsável pela Política Institucional de Conduta da ESSOR, conforme Resolução CNSP Nº 382/2020. (b.ii) Sra. Vanessa Stephanie Medina Arteaga: (b.ii.1) diretora responsável pelas relações com a SUSEP, nos termos da Circular SUSEP nº 234/03; (b.ii.2) diretora responsável administrativo-financeiro, nos termos da Circular SUSEP nº 234/03; (b.ii.3) diretora responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade e auditoria independente previstos na regulamentação em vigor, nos termos da Resolução CNSP nº 118/04; e (b.ii.4) diretora responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados. (b.iii) Sr. Leandro Evangelista Poli: (b.iii.1) diretor responsável técnico, nos termos da Circular SUSEP nº 234/2003; (b.iii.2) diretor responsável pelo registro das apólices, dos endossos emitidos e dos cosseguros aceitos, bem como pelo cumprimento das demais obrigações estabelecidas na Resolução CNSP nº 143/2005; e (b.iii.3) diretor Responsável pelo Registro Eletrônico de Operações de Seguros - Resolução CNSP No 383, de 20 de março de 2020. O Presidente informou que, nada mais havendo a ser tratado deu por encerrada a reunião, cuja ata, após lida e achada conforme, será lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 08/02/2021. Ass.: Presidente: Laurent Rousseau (p.p. Sergio Luis Maluf Horta); Secretária: Vanessa Stephanie Medina Arteaga. Jucerja nº 00004068918 em CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 18/05/2021 - Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

VATICANO

Francisco endurece regras contra abuso sexual em nova versão de lei católica

LUCAS ALONSO/FOLHAPRESS

O Vaticano divulgou ontem a revisão mais abrangente das leis da Igreja Católica nos últimos 40 anos, endurecendo as regras contra clérigos que abusam sexualmente de menores ou de adultos vulneráveis, que usem suas posições de autoridade para forçar atos sexuais e que ordenem mulheres a cargos eclesiásticos.

A revisão, que estava em andamento desde 2009 a pedido do papa emérito Bento 16, envolve toda a Seção 6 do Código de Direito Canônico da Igreja, um conjunto de sete livros com cerca de 1.750 artigos que estabelece diretrizes e punições para os violadores das regras.

As mudanças, assinadas pelo papa Francisco, configuram a maior revisão desde que o Código atual foi aprovado pelo papa João Paulo II (1920-2005), em 1983, e devem entrar em vigor em dezembro. Em um comunicado que acompanha a publicação, o pontífice disse que as normas precisam estar em correlação permanente com "as mudanças sociais e com as novas demandas que surgem do povo de Deus".

Segundo o líder católico, a revisão teve como objetivo o favorecimento da unidade da Igreja na aplicação de penalidades, "especialmente no que diz respeito aos crimes que causam maiores danos e escândalos na comunidade". As mudanças, portanto, de acordo com o papa argentino, servirão para "reduzir os casos em que a aplicação de sanções fica a critério das autoridades".

"Era preciso modificá-lo (o Código) de modo a permitir aos pastores seu uso como instrumento ágil, saudável e corretivo, e que pudesse ser utilizado no tempo e com o cuidado pastoral para prevenir males maiores e sarar as feridas causadas pela fraqueza humana", disse o pontífice.

Para Francisco, a falta de compreensão da relação íntima entre o exercício da caridade e o cumprimento da disciplina punitiva pode produzir condescendência com a má conduta dos clérigos. "Esta atitude acarreta frequentemente o risco de que, com o passar do tempo, tais modos de vida se cristalizem, tornando mais difícil a correção e, em muitos casos, agravando o escândalo e a confusão entre os fiéis."

Filippo Iannone, chefe do departamento do Vaticano que supervisionou o projeto, disse que havia "um clima de excessiva folga na interpretação da lei penal". Agora, o novo texto, envolvendo cerca de 80 artigos sobre crimes e punições, incorpora algumas mudanças feitas na lei da Igreja em 1983 e introduz novas categorias.

O abuso sexual de menores, por exemplo, foi colocado em uma nova seção intitulada "Ofensas contra a vida humana, dignidade e liberdade", que substitui a versão anterior, mais vaga, chamada "Crimes contra obrigações especiais".

O Código prevê suspensão e/ou destituição do cargo clerical a quem cometer ofensa contra o sexto mandamento do Decálogo, que prega castidade nas palavras e nas obras, com um menor de idade ou com pessoa "habitualmente imperfeita no uso da razão".

A mesma punição se aplica ao clérigo que aliciar menores e vulneráveis para induzi-los "a se exporem pornograficamente" e ao que "adquirir, reter, exibir ou distribuir" imagens pornográficas por meio de qualquer tecnologia.

No ano passado, um relatório interno concluiu que o ex-cardeal Theodore McCarrick abusou de sua autoridade para forçar seminaristas a dormirem com ele. Ele foi destituído em 2019 sob a acusação de abuso sexual. Segundo o documento, João Paulo II sabia das acusações contra McCarrick antes de promovê-lo à posição de arcebispo de Washington, nos Estados Unidos, em 2000.

De acordo com a nova versão da lei católica, estão sujeitos a excomunhão automática ministros católicos que ordenarem mulheres para posições na Igreja, assim como as próprias mulheres que receberem a ordenação não aceita pelo Vaticano.

Kate McElwee, diretora-executiva da Conferência de Ordenação de Mulheres, disse em um comunicado que embora a posição da Igreja não seja surpreendente -a limitação às mulheres é histórica, e a versão do código de 1983 reservava a ordenação a "um homem batizado"-, explicá-la no novo texto era "um doloroso lembrete da máquina patriarcal do Vaticano e suas tentativas de subordinar as mulheres".

A seção ainda prevê punição para quem deliberadamente administrar sacramento a quem está proibido de recebê-lo. A regra pode ser aplicada, por exemplo, a clérigos que celebrarem o casamento -um dos sete sacramentos católicos- de pessoas do mesmo sexo. Em março, a Congregação para a Doutrina da Fé (CDF), um dos órgãos responsáveis por estabelecer diretrizes da Igreja, anunciou que padres e outros ministros não podem abençoar a união homossexual e que tais bênçãos não serão consideradas lícitas se forem realizadas.

"Não é lícito dar bênção a relacionamentos, ou a parcerias estáveis, que envolvam atividade sexual fora do casamento (ou seja, fora da união indissolúvel de um homem e uma mulher, aberta em si mesma à transmissão da vida), como é o caso das uniões entre pessoas do mesmo sexo", disse a CDF, em resposta a perguntas enviadas por algumas paróquias que expressaram o desejo de conceder tais bênçãos como um sinal de boas-vindas aos católicos LGBT.

Refletindo uma série de escândalos financeiros que atingiram a Igreja nas últimas décadas, o novo código também prevê vários crimes econômicos, como desvio de fundos ou propriedades da Igreja ou negligência grave em sua administração.

Em dezembro, o papa Francisco emitiu um decreto para tornar os fundos de caridade mais transparentes e apertar o controle sobre as finanças do Vaticano. Uma das principais mudanças se deu na gestão do Óbolo de São Pedro, um fundo para o qual fiéis do mundo todo podem contribuir com doações e, segundo a tradição católica, tem o objetivo de ajudar o papa a administrar a Igreja e financiar suas instituições de caridade.

Nos últimos anos, entretanto, o fundo foi usado pelo Vaticano para cobrir déficits orçamentários e teve sua reputação afetada pela suspeita de que as doações podem ter sido utilizadas em investimentos questionáveis.

CORONAVÍRUS

Reino Unido não tem nenhuma morte por Covid em 24 horas

O governo do Reino Unido anunciou ontem que o país não registrou nenhuma morte causada pela Covid-19 nas últimas 24 horas. É a primeira vez que isso acontece desde março de 2020, quando o primeiro lockdown nacional ainda não tinha começado.

Segunda-feira passada, porém, foi feriado no país -nessas datas, os dados costumam ser mais baixos por causa dos atrasos nas notificações, em um fenômeno que também é comum no Brasil. Por isso, é possível que nos próximos dias a quantidade de vítimas volte a aumentar.

O governo também segue preocupado com os efeitos que uma nova variante do vírus pode causar. As autoridades contabilizaram nesta terça 3.165 novos casos de coronavírus, o que leva o total a quase 4,5 milhões e indica um aumento dos casos em comparação com as últimas semanas. O Reino Unido é a nação mais afetada pela pandemia na Europa, com mais de 127 mil mortes.

Mesmo assim, o resultado foi considerado internamente uma vitória simbólica do governo, que lançou em 8 de dezembro uma campanha de imunização em massa. Até o momento, o país já conseguiu administrar a primeira dose da vacina em mais de 39 milhões de pessoas (74,9% da população adulta) e uma segunda em mais de 25 milhões (48,9%).

CORONAVAC

A OMS (Organização Mundial da Saúde) aprovou ontem a vacina Coronavac, desenvolvida pela chinesa Sinovac e fabricada também no Brasil, pelo Instituto Butantan. O fármaco foi incluído na lista de uso emergencial (EUL) da entidade, o que permite que seja distribuída pelo consórcio Covax -que distribui imunizantes para mais de 100 países no mundo.

A autorização da Coronavac pela OMS também abre caminho para que brasileiros vacinados com ela tenham seu acesso facilitado à União Europeia, quando o bloco abrir suas fronteiras para viajantes que partem do Brasil.

Pelas recomendações da UE, os países podem dispensar testes e quarentenas de quem tenha tomado as doses regulamentares de um imunizante aprovado pela OMS -mas o bloco restringe países onde a pandemia de coronavírus está fora de controle ou onde há variantes mais contagiosas.

A inclusão de uma vacina na EUL significa que ela teve sua qualidade, segurança e eficácia verificadas. Com base nas evidências disponíveis, a OMS recomenda a Coronavac para adultos de 18 anos ou mais, em um esquema de duas doses com espaçamento de duas a quatro semanas.

Segundo a organização, os estudos mostraram que a vacina preveniu doenças sintomáticas em 51% dos imunizados e preveniu Covid-19-19 grave e hospitalização em 100% da população estudada.

Embora a porcentagem de maiores de 60 anos nos ensaios clínicos tenha sido pequena, a OMS diz que os dados coletados durante as campanhas de vacinação em vários países mostram que seu efeito protetor nos mais idosos é semelhante ao obtido entre os mais jovens.

Em experimento realizado em Serrana, no interior paulista, com mais de 95% das pessoas vacinadas, as mortes provocadas por Covid-19 caíram 95%.

Por usar a tecnologia de vírus inativado (morto), o produto em requisitos de armazenamento simples, o que o torna particularmente adequado para países com menos recursos, afirmou a OMS.

CÂMARA

Flordelis caminha para ter mandato cassado

DANIELLE BRANT E RANIER BRAGON/FOLHAPRESS

O deputado Alexandre Leite (DEM-SP) apresentou ontem no Conselho de Ética da Câmara voto favorável à cassação do mandato da deputada federal Flordelis (PSD-RJ), denunciada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro por suspeita de ser a mandante do assassinato do ex-marido, Anderson do Carmo.

O Conselho deve votar o caso na próxima semana. Flordelis só terá o mandato cassado caso eventual recomendação do órgão seja ratificado pelo plenário da Câmara, em votação aberta, por ao menos 257 dos 513 parlamentares.

No final de fevereiro, a Justiça do Rio de Janeiro afastou Flordelis de seu cargo na Câmara, que enviou uma petição ao STF (Supremo Tribunal Federal) contestando a decisão do Tribunal de Justiça fluminense.

O pastor Anderson do Carmo foi assassinado depois de chegar em casa com Flordelis, em Niterói, na região metropolitana do Rio, em junho de 2019. Ele foi alvo de vários tiros na garagem da residência.

Na ocasião, Flordelis afirmou que o marido tinha sido morto durante um assalto e alegou que o casal estava sendo perseguido por homens em uma moto quando voltavam para casa.

Em agosto de 2019, um dos 55 filhos da pastora disse à Polícia Civil que acredita que a mãe tenha sido a "mentora intelectual" do assassinato do marido, o que ela nega.

De acordo com investigações da Polícia Civil, o plano para matar o pastor teve início em maio de 2018, com um envenenamento em doses por arsênico.

A deputada foi indiciada pela polícia e denunciada por homicídio triplamente qualificado, tentativa de homicídio, falsidade ideológica, uso de documento falso e organização criminosa majorada. Para a polícia, a motivação do crime foi a insatisfação com a maneira que o pastor Anderson administrava a vida financeira da família.

Flordelis não foi presa por causa da imunidade parlamentar. Nesse caso, apenas os flagrantes de crimes inafiançáveis são passíveis de prisão.

HOSPITAL

Hupe ganha centro de reabilitação pós-covid-19

O Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe), vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), ganhou um centro de reabilitação multidisciplinar pós-covid-19, que atenderá, por semana, a cerca de 300 pacientes. Inicialmente, serão atendidos 50 pacientes por semana.

Segundo o coordenador de Assistência Médica do hospital, Rui de Teófilo e Figueiredo Filho, o centro foi criado para atender à demanda de pacientes que permanecem com alguns sintomas após a recuperação inicial da doença, o que é bem comum de acontecer. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que em torno de 10% dos pacientes apresentam, em algum momento, sintomatologia crônica após a recuperação inicial do quadro de infecção.